

ATA Nº 14/2025 DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2025.

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco (08/04/2025) reuniram-se em Sessão Ordinária, no Plenário da Câmara Municipal, os seguintes Vereadores: **Ariovaldo Lino dos Santos, Dalmares Vieira Cordeiro, Juliano Ricardo Tibério, Ocimar Wagner Michelli, Emerson da Silva, Rosângela Maria Galera Turozi, Sandro Gusmão Moretto, Elias da Silva Rangel e Bruno Neves da Silva** sob a Presidência deste último. Momento contínuo, pediu a todos que ficassem de pé para ouvirem um trecho bíblico a ser lido pelo Vereador **Rosângela Maria Galera Turozi**. Passando ao PERÍODO DE EXPEDIENTE colocou a Ata da Sessão anterior em discussão. Não havendo discussão, emenda ou impugnação, a mesma foi aprovada a por unanimidade. Passando ao PERÍODO DA ORDEM DO DIA, contando com a presença de todos os Vereadores e da Oficial Legislativo da Casa, foram lidas as matérias e correspondências recebidas como se segue: **Ofício nº 094/2025, do Executivo Municipal**, encaminhando Projeto de Lei que *dispõe sobre a alteração de denominação do cargo Agrônomo e o aumento de vencimento inicial do cargo de Auxiliar de Enfermagem e Farmacêutico no quadro de Cargos Efetivos e Emprego Público do Executivo Municipal de Lupionópolis*; **Ofício nº 0001/2025**, convidando todos os Vereadores para participarem da Oficina de Compras Governamentais na Prática, que será realizado no dia 10 de abril, as 19h, na Câmara Municipal de Lupionópolis; **Indicação nº 01/2025, de autoria de todos os Vereadores desta Casa**, solicitando que conceda aos estudantes provenientes do município de Lupionópolis e que necessitam fixar moradia fora do município para cursar faculdade ou curso técnico, a concessão de auxílio financeiro em valor isonômico ao pago pela municipalidade a título de vale transporte universitário e/ou Vale transporte curso técnico; **Indicação nº 02/2025, de autoria de todos os Vereadores desta Casa**, solicitando ao Prefeito Municipal a instituição do PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA EM TODAS AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE LUPIONÓPOLIS; Não havendo matérias a serem discutidas e votadas, passou ao PERÍODO DAS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES, o **Senhor Presidente** concedeu a palavra aos Vereadores inscritos como se segue: **Elias da Silva Rangel** iniciou dizendo ao Senhor Presidente, nobres vereadores, o motivo de eu estar usando a tribuna é a indicação dos estudantes, que usam o vale universitário. Como eu já comentei, no período de campanha e mesmo antes, eu ouvi por diversos pais questionando que o filho que reside fora, por estudar em tempo integral, não tem ajuda do município para subsidiar o aluguel. Na época, eu olhei na Lei e não contemplava essas coisas. O meu desejo como vereador era levar essa solicitação aos vereadores e ao Prefeito Municipal. Diante da situação de cortes e ajustes, a minha ideia é trabalhar isso no segundo semestre que o Prefeito der uma ajustada nas coisas. O primeiro ponto é que eu teria que saber quantos alunos hoje moram fora, estimar o gasto, ver se tem dotação para isso, por que não implantar isso? Assim como também penso que devemos fazer algumas correções na lei atual, porque podemos estar beneficiando pessoas que não precisam. Meu filho já estudou fora, eu usei a van um ano, levava o comprovante no social. Agora, nós estamos colocando uma indicação e gostaria de saber se os nobres vereadores têm ideia do custo disso. Eu acho que a gente tem que ser prudente nessas colocações, ter a certeza que temos recursos para isso. Por isso, vamos conversar entre os vereadores antes de fazer uma indicação, para ver se há orçamento, se a ideia é boa vamos tentar convencer o Prefeito. Em aparte, o **Senhor Presidente**, disse: Senhor Vereador, concordo que tem que ser feito um estudo, mas fiquei sabendo que alguns estudantes de fora estão recebendo o valor, se o Senhor souber me explicar. O vereador **Elias** retomou: está sendo pago o que? O Senhor Presidente respondeu: o vale universitário para alguns estudantes que moram fora. Elias disse: eu não tenho conhecimento disso, porque a lei nossa não permite. Se isso estiver sendo feito, gostaria de saber, porque é ilegal. Tem documento afirmando isso? Que foi pago ajuda de aluguel para algum morador de fora do município? Porque eu fui verificar que algumas pessoas que se deslocam de carro recebem ajuda de combustível, que vão para alguma cidade que não seja Londrina. Aí eu questionei, se eu vou com meu carro, tenho direito de receber ajuda, e eu perguntei, mas

como você sabe se o aluno veio mesmo ou não? Eu acho até que isso precisa ser revisto, o que eu não tenho conhecimento é que foi pago ajuda de aluguel. O **Senhor Presidente** retomou: pela lei, não pode ser pago, foi essa a discussão que tivemos, e queremos que pague, que regularize. O vereador **Elias** disse: se isso estiver acontecendo vereador, eu sou o primeiro a querer que regularize. O **Senhor Presidente** disse: a gente não é contra receber, só que tem que fazer um levantamento, colocar critérios, não pode sair pagando, para ser o mais transparente possível. **Elias** disse: eu continuo afirmando, eu desconheço essa questão, porque se estiver sendo feito isso, quem estiver fazendo está colocando em risco seu nome. Em aparte, o vereador **Juliano** disse: o que a secretária me passou, é que a pessoa chega lá com base no que a lei determina, e declara de próprio punho que a pessoa está indo com carro particular estudar e residem em outra cidade. Não está pagando o aluguel. **Bruno** disse: é o que o vereador disse, como você vai saber se a pessoa está indo estudar? **Juliano** retomou: a lei está aberta. **Bruno** disse: não está aberta vereador. **Juliano** retomou: é o que acontece, a pessoa faz declaração de próprio punho, tem a declaração das faculdades, alguns não estão entregando como a UEL e UEM, e algumas particulares. A pessoa declarou, se há algo errado, que haja uma denúncia. Em aparte, o vereador **Sandro** disse: então a pessoa está mentindo, ela está indo com o carro, morando e voltando na sexta. **Juliano** disse: a lei não proíbe isso. **Sandro** retomou: na gestão anterior, o Sérgio Marangone veio aqui pedir o vale universitário para o filho, que se mudou para Presidente Prudente, e queria que a Prefeitura continuasse pagando o vale para ele. E não foi possível naquele momento, e essa lei é de 2009, passaram diversos anos e ninguém foi beneficiado. Por que nas escondidas pode beneficiar? **Juliano** disse: não tem nada escondido. **Sandro** retomou: Transparente não foi, vereador. Uma lei tem que beneficiar todos, se um recebeu um, todos os outros tem que receber. **Juliano** disse: basta procurar a Secretária. **Sandro** disse: eu não sei a arbitrariedade que a Secretária cometeu, se precisar fazer um requerimento, queremos a presença da Secretária da Assistência Social para dar satisfação. É dever do vereador, até o vereador Elias dizendo que não tem conhecimento disso. Então, está faltando diálogo, me desculpe vereador Elias, está faltando diálogo entre vocês. O **presidente** disse, nós estamos fazendo essa indicação porque tivemos a informação que alguns estão recebendo e outras não. Essa lei é de 2009, e fala sobre vale transporte e em nenhum momento sobre ajuda de custos para pessoas que moram fora do município. Cafeara tem uma lei específica para isso, agora essa nossa lei é exclusiva para vale transporte, o estudante não pode fazer uma declaração de próprio punho dizendo que está indo segunda e voltando sexta, sendo que ele não se locomovendo. Esta é a indignação, quero um esclarecimento da Secretária, e quero deixar registrado em ata, que nós vereadores da oposição somos a favor de uma lei que fale da ajuda de custos para estudantes que morem fora. Em aparte, o vereador **Juliano** disse: vereador, assim como você e os demais, eu também sou a favor da lei, e como o Elias, eu também não estava sabendo. Fui a secretaria averiguar o que estava acontecendo e ela me explicou dessa forma. Numa questão mais apurada, a lei é falha e antiga, concordo que a lei deve ser alterada e vista a questão orçamentária. Com certeza iremos conversar com o Prefeito sobre isso. **Sandro** retomou: a indicação é um mero dever de nós vereadores, estamos indicando porque tem que ser feito um estudo de impacto, queremos que as coisas sejam transparentes, e não feito a torto e direito, isso abre um precedente muito ruim para o município das pessoas que não tiveram acesso. **Juliano** disse: vereador, acho que não é uma coisa tão dramática desse jeito, eu acho que nós temos que ver o que está na legislação, ver as questões econômicas, para as pessoas que realmente necessitam. As pessoas que estão recebendo, segundo a Secretária, estão na renda per capita. O vereador **Elias** comentou: quando nós estamos falando em ajuda, tem pessoas que tem carro, mas não tem condição, uma outra ajuda seria a pessoa que tem que ir quase todo dia para uma

outra faculdade, e teria que ter o valor do combustível. Exemplo, se eu tenho um carro e vou para Prudente todo dia, se o valor for R\$500,00 (quinhentos reais), eu vou receber esse valor, então a lei precisa ser revista e ajustada. Uma outra coisa, eu fiz o sacrifício, mas eu conseguia buscar meu filho quando estudava fora, as vezes eu não me enquadrava no valor, então eu acho que teria que ser feito um levantamento da renda familiar para ser justo. Se existe isso, se alguém recebeu aluguel, quero que seja corrigido. O **Senhor Presidente** disse: é, a pessoa recebeu o vale transporte sem usar a van, morando em outra cidade. O vereador **Elias** disse: automaticamente, o valor foi para pagar o aluguel, é isso que o vereador colocou, muito obrigado. Em aparte, o vereador **Juliano** disse: só mais uma coisa, inclusive, a lei não pede um comprovante de gastos. Digamos que a pessoa vai de carro todo dia, ela não precisa trazer um comprovante do que ela gastou. O **Senhor Presidente** retomou: vereador, eu vou deixar bem claro aqui para todos os vereadores, essa lei passou pelo jurídico e não pode, o que está sendo feito, na minha concepção não é legal, e outra, até agora estava arrumando documentação e agora está beneficiando gente de fora, não estou entendendo. Até agora estava faltando pagamento, e não foi comunicado para nós vereadores, temos que estar por dentro do que está acontecendo. Agora, no entendimento da Secretária pode, no do advogado não pode, então eu prefiro acreditar no advogado dizendo que não pode. Eu vou fazer um requerimento, se todos os vereadores concordarem, para a Lilia vir aqui prestar informações para a gente e deixar bem certo o que ela fez, quero saber também para quem foi pago esse recurso, porque me falaram que foi para seis pessoas e eu quero saber quem são. Quero saber se essas pessoas se enquadram no sentido social, as coisas têm que ser transparentes. Eu sei de várias pessoas que precisam e não recebem, agora do nada começa a pagar para um e para outro. Espero que ela venha se justificar, quero saber como está sendo gasto e com quem. Em aparte, a vereadora **Rosângela Galera** disse: só complementando, eu acho que ninguém quer que deixe de pagar, mas regulamentado, e a partir do momento que virar lei, todos vão ter conhecimento, e todos que tenham direito vão poder utilizar. Agora, na surdina, está errado, não é fazendo drama, e é dramático para essas pessoas sim, muito obrigada. O **Senhor Presidente** finalizou dizendo: quero deixar mais uma vez bem claro que somos a favor que esses estudantes que residem fora sejam beneficiados, e não existe isso de brecha na lei, que seja transparente. Não havendo Vereadores inscritos e mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** em nome de Deus encerrou a Sessão. Eu lavrei a presente Ata. 1º Secretário

Secretário

Presidente